

Movimento antivacina em (dis)curso no espaço digital: regionalizações porosas do/no dizer¹

Anti-vaccination movement in (dis)course in digital space: porous regionalizations of/in saying

**ARRUDA, PEDRO
HENRIQUE CARVALHO
DE**
pedrocarvalho1007@gmail.
com

Mestrando em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7514-0161>

**GALLI, FERNANDA
CORREA SILVEIRA**
fernanda.galli@ufpe.br

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil (2008)
Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco (Brasil)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4499-2908>

PALAVRAS-CHAVE:
Análise de Discurso;
Movimento Antivacina;
Twitter.

RESUMO: Ancorado no arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa e à luz das condições de produção da pandemia causada pela Covid-19, este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a discursivização da vacinação obrigatória pelo movimento antivacina no espaço digital. Metodologicamente, circunscrevemos o nosso campo discursivo de referência ao Twitter, mais precisamente em torno da hashtag #Dia22VaiSerGigante, que à época fez circular a agenda de diversas manifestações ao redor do país contra a vacinação obrigatória e que aponta para um desejo comum de enlaçamento social dos sujeitos-usuários, para uma tomada comum de posição em face do movimento antivacina. Nessa empreitada, buscamos especificamente compreender: (i) o modo como os “discursos sobre” (Mariani, 2018) intervêm nos processos de identificação dos sujeitos-usuários do Twitter; (ii) o modo como os sentidos que circulam no interior do movimento antivacina (re)produzem efeitos de censura (Orlandi, 2007); (iii) o funcionamento do cinismo (Saffelle, 2008) na solicitação do Outro a movimentos de identificação. Por fim, buscamos apontar, em nosso gesto analítico, o papel do Twitter enquanto um espaço discursivo de legitimação do saber institucional que não opera senão pelo ideológico.

KEY-WORDS:
Discourse Analysis;
Anti-Vaccine Movement;
Twitter.

ABSTRACT: Anchored in the theoretical-methodological framework of French Discourse Analysis and in light of the production conditions of the Covid-19 pandemic, this work aims to reflect on the discursivization of mandatory vaccination by the anti-vaccine movement in the digital space.

Methodologically, we circumscribe our discursive field of reference to Twitter, specifically around the hashtag #Dia22VaiSerGigante, which at the time circulated the agenda of various demonstrations across the country against mandatory vaccination and pointed to a common desire for social bonding among user-subjects, for a common stance regarding the anti-vaccine movement. In this endeavor, we seek to specifically understand: (i) how the "discourses about" (Mariani, 2018) intervene in the identification processes of Twitter user-subjects; (ii) how the meanings circulating within the anti-vaccine movement (re)produce censorship effects (Orlandi, 2007); (iii) the functioning of cynicism (Safatle, 2008) in soliciting the Other to identification movements. Finally, we aim to highlight, in our analytical gesture, the role of Twitter as a discursive space for legitimizing institutional knowledge that operates ideologically.

1. Este artigo é resultado da pesquisa "Movimento antivacina em (dis)curso no espaço virtual: as regionalizações porosas do dizer", desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco (DL/UFPE), no período de setembro 2021 a março de 2022, sob a orientação da Profa. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli, com financiamento do CNPq.

“a FD [Formação Discursiva]
é dotada de fronteiras bastante porosas
que permitem a entrada de saberes
que lhe eram alheios em um determinado momento.”
(Indursky, 2005, p. 9)

UM PONTO DE PARTIDA...

A quarta-feira do dia 11 de março de 2020 oficializou, através do pronunciamento do diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), Tedros Adhanom, em Genebra, na Suíça, que a Covid-19, infecção que tem como agente causador o coronavírus, designado de Sars-Cov-2, seria então caracterizada como uma pandemia. Registravam-se mais de 118 mil casos da doença em 114 países e mais de 4,2 mil mortes ao redor do mundo, constituindo uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o maior nível de alerta da OMS, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional. Embora, à época, não se soubesse precisamente a origem do Sars-Cov-2, os primeiros casos de contaminação humana pelo vírus foram registrados na cidade de Wuhan, na China, fato que emergiu como o acontecimento responsável por desencadear uma série de teorias acerca do que até então era uma das grandes incógnitas relacionadas à pandemia: a origem do coronavírus. Dentre as hipóteses em favor das quais o meio científico, de modo geral, encontrou mais adeptos circulavam aquelas que apontavam para a possibilidade de que o vírus possuía como hospedeiras determinadas espécies de morcego ou ainda animais como os pangolins, largamente consumidos em algumas regiões da China. Havia ainda, no meio científico, os adeptos à hipótese de que o vírus teria sido transmitido para os humanos por meio de alimentos congelados, comumente encontrados no Mercado Atacadista de Frutos do Mar de Huanan, em Wuhan.

2. Comprendemos o espaço digital como um espaço que determina materialmente a constituição, a formulação e a circulação dos discursos, tal como propõe Dias (2018). Essa determinação, de acordo com Grigoletto (2021), implica a sobreposição entre aspectos tecnológicos e ideológicos.

3. A noção de sequência discursiva é definida por Orlandi (1984, p. 14) como “fragmento de uma situação discursiva” em circulação numa determinada condição de produção. Ou seja, trabalhar com essa noção implica trabalhar com o recorte das discursividades que compõem o arquivo.

Naquele momento, a despeito da ausência de investigações científicas que pudessem apontar de maneira inequívoca para conclusões a respeito da origem do vírus e, para além disto, a despeito de dados oficiais apresentados em relatório pela OMS, segundo os quais era “extremamente improvável” que o coronavírus tivesse sido produzido em laboratórios de pesquisa e acidentalmente se disseminado, uma hipótese em especial surgiu com inesperada força, chamando atenção sobretudo pela velocidade com que se estabeleceu, se difundiu e produziu identificações entre sujeitos-usuários dos/nos espaços digitais², no Brasil e no mundo todo. A hipótese de que o Sars-Cov-2 teria sido fabricado em laboratórios de pesquisa como o Instituto de Virologia de Wuhan, na China, a partir de inoculações de animais ou amostras clínicas foi pela primeira vez enunciada em abril de 2020, quando o ex-presidente Donald Trump afirmara, em coletiva de imprensa na Casa Branca, ter provas de que a China seria o berço do coronavírus. Embora não tenha chegado a apresentar evidências para as acusações, Trump chegou a dizer que a China “deveria ter vergonha de si mesma” por ter encoberto este “projeto”, defendendo que o governo chinês assumisse a responsabilidade por aquilo que, na época, eram quase 233 mil mortes por coronavírus.

Desse momento em diante, o espaço digital passou a ser o território no seio do qual eram cada vez mais recorrentemente engendradas teias discursivas que se opunham, em função de um alinhamento determinado com saberes e dizeres determinados, à necessidade da vacina(-ção). É com base nesse cenário que procuramos refletir, através de gestos de descrição-interpretação de algumas sequências discursivas³ (SD) coletadas no espaço digital, sobre o papel do Twitter (nomeado atualmente como X) como um espaço discursivo de legitimação do saber institucional que opera senão pela via do ideológico. Como desdobramento de nosso objetivo geral – refletir, no interior do *Twitter*, sobre a discursivização da vacinação obrigatória a partir do movimento antivacina –, propomos como objetivos específicos compreender: (i) o modo

como os discursos sobre (Mariani, 2018) intervêm nos processos de identificação dos sujeitos-usuários do Twitter; (ii) o modo como os sentidos que circulam no interior do movimento antivacina (re)produzem efeitos de censura (Orlandi, 2007); (iii) o funcionamento do cinismo (Safatle, 2008) na solicitação do Outro ao movimento de identificação⁴.

UMA PERSPECTIVA TEÓRICA: A ANÁLISE DO DISCURSO PECHEUXTIANA

A análise do discurso que tem como fundador Michel Pêcheux (1983, 1997, 2014) finca os pilares sobre os quais se sustenta o baluarte do seu estatuto teórico-metodológico: no (entre) lugar que emerge da trindade Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise, reclama para si noções que, até meados da década de 1960, quando os estudos de língua não se dispunham a ultrapassar o viés sistêmico do formalismo, da linguística textual ou ainda da pragmática, tinham seu espaço relegado às ciências sociais. Pouco tempo antes da publicação do *Análise Automática do Discurso* (1969), considerado o texto fundador da teoria, Michel Pêcheux, sob o pseudônimo de Tomas Hebert, dá à luz o texto que viria a constituir os primeiros passos do trabalho conceitual em que hoje se apoia a análise do discurso francesa de matriz pecheuxtiana. Intitulado “Observações para uma teoria geral das ideologias”, este trabalho se ocupa sobretudo do deslocamento, da (re)territorialização dos estudos de (língua)gem, procurando instituir seu próprio objeto de estudo: o discurso, entendido como o espaço ou a materialidade onde o real da história atravessa o real da língua pondo em funcionamento o vínculo indissociável existente entre inconsciente e ideologia.

A língua, nessa medida, é compreendida em sua opacidade e incompletude, como “condição de possibilidade de um discurso, materialidade ao mesmo tempo linguística e histórica, produto social que resulta de um trabalho com a linguagem no qual coincidem o histórico e o social.” (Radde, 2020, p. 181). Pêcheux articula noções que resultam da desconstrução do sis-

4. Este artigo é resultado da pesquisa “Movimento antivacina em (dis)curso no espaço virtual: as regionalizações porosas do dizer”, desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PI-BIC), no Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco (DL/UFPE), no período de setembro de 2021 a março de 2022, sob a orientação da Profa. Dra. Fernanda Correa Silveira Galli, com financiamento do CNPq.

tema linguístico de Saussure (especificamente, a dicotomia língua/fala), da releitura de Lacan sobre a teoria freudiana e de Althusser sobre a teoria marxista, a fim de delinear aquilo que, mais tarde, definiu como um efeito de sentido entre interlocutores (Pêcheux, 1997), o discurso. A partir dessa movimentação teórica, o estudo das práticas discursivas se propunha, portanto, a encerrar em si um aparato teórico no qual pudessem se fazer presentes a falha, o deslize, a contradição e o equívoco constitutivos da língua enquanto uma arena fundamentalmente política na qual e a partir da qual se desdobram relações necessariamente ideológicas de sentido e de força.

Nesse entrelugar, a AD assume a herança do materialismo histórico no intento de propor uma outra visada sobre as relações do sujeito com a ideologia, pensando os mecanismos de significação da língua no constante devir entre os movimentos do mesmo e do diferente no trabalho da memória e do esquecimento. A memória é pensada como o saber discursivo, o interdiscurso, espaço no qual se encontram todos os dizeres e saberes estabilizados historicamente, isto é, historicizados, a partir de onde se faz possível a movimentação dos sentidos na trama da história. É o saber discursivo, o já-dito que torna possível todo e qualquer dizer (Orlandi, 2005). Quando pensado em sua relação indissociável com a memória na movência dos sentidos, o esquecimento de que falamos é, ao mesmo tempo, causa e consequência essenciais do processo de significação, condição para a elaboração dos sentidos (e dos sujeitos) que costuram a malha opaca da história e produto do modo através do qual a ideologia atua na memória, fazendo com que o indivíduo imagine ser direta e transparente a relação que estabelece com o mundo, com a linguagem e com a história.

Inescapavelmente imbricado à memória, é o esquecimento, enquanto fim e meio do significar, que, sob o trabalho não só da ideologia, mas também do inconsciente, produz as chamadas

evidências subjetivas, as projeções imaginárias responsáveis pela impressão da univocidade (in)existente entre o objeto simbólico e o seu sentido, responsáveis pelo sentido-lá, no objeto, no mundo, responsáveis por dissolver a opacidade do real da história, apagando a espessura da ideologia. É na relação indissociável entre o velho e o novo, entre a paráfrase e a polissemia que, na memória, o esquecimento se faz presente, emergindo como função necessária de duas ilusões: a ilusão de que sujeito não somente é origem, mas também dono do próprio dizer e a ilusão de que aquilo que se diz só poderia ser dito da forma com que se disse.

Disso resulta a acepção de que, a despeito das intencionalidades dos sujeitos, por meio deles, fala uma voz sem nome (Courtine, 1984), à qual pertencem os dizeres e os sentidos: a voz da história, da ideologia. Assim, a ideologia atua de maneira a produzir as evidências, as impressões que sublimam o fato de que o sentido pode ser outro, mas não qualquer, e de que o sujeito não é sempre já sujeito, mas se constitui nos movimentos de interpelação. São, no entanto, ilusões necessárias, posto que é justamente o trabalho da ideologia na memória que, produzindo o esquecimento, promove não somente a movência e a inscrição dos sentidos na história, mas também a movência e a inscrição dos sujeitos entre uma e outra posição do discurso, entre uma e outra formação discursiva, para que os dizeres sejam produzidos.

A noção de formação discursiva foi pela primeira vez delineada a partir do trabalho de Foucault (2004), a quem Pêcheux (2009), mais tarde, retorna. Segundo Foucault (2004, p. 43), entre objetos simbólicos e tipos de enunciação distintos, se “se puder definir uma regularidade (uma ordem, uma correlação, posições, funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva”. Partindo dessa definição, sobretudo no que diz respeito à ideia de “regularidade”, adotamos a noção de FD enquanto uma região do interdiscurso onde se reúnem saberes e dizeres que, atravessados pelas formações ideológicas a que se filiam,

determinam o que pode e o que deve ser dito (Pêcheux, 2007). Desse modo, as FD demarcam o território em que os sentidos se produzem, dentro de condições sócio-históricas específicas e a partir de posições do discurso específicas. Daí resulta o fato de que as palavras não detêm em si os seus sentidos: eles lhes são produzidos como um efeito da inscrição do sujeito em determinada FD, um efeito da ordem do ideológico que se dá pela via do esquecimento, das ilusões necessárias de consciência, de escolha, de autonomia absoluta sob as quais se dissimula a determinação do inconsciente e se apaga a interpelação da ideologia.

Assim, além de determinar as condições em que o sujeito é atravessado pelas formações ideológicas e, com efeito, as condições em que o sujeito se inscreve, a FD determina também as condições de significação através das quais o sentido é produzido de uma forma e não de outra, de modo que estabelece em relação a si mesma, mas também em relação à exterioridade, os seus limites. Por essa razão, ao contrário daquilo que propunham os estatutos teóricos primeiros da FD, os seus limites não são bem delineados. Isso porque, uma vez que constituídos pela falha, pela contradição e pelo equívoco, as fronteiras que figuram e individualizam uma FD em relação a outras são marcadas pela porosidade e pela heterogeneidade relativa, marcas que lhe conferem o caráter fluido de fechamento e de abertura capazes de garantir a movência dos sentidos e dos sujeitos que, dispersos e divididos entre diferentes posições, podem se inscrever em mais de uma FD a cada vez que enunciam. É o que nos lembra Foucault (1972, p. 117): “um único e mesmo indivíduo pode ocupar alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições, e assumir o papel de diferentes sujeitos”.

À medida que delineamos a natureza regular, mas também fluida, porosa, contraditória e dispersa das FD e, portanto, à medida que pensamos os mecanismos e as condições que garantem a elaboração dos sentidos e dos sujeitos na história, trilhamos o caminho que, por

fim, nos leva ao encontro da noção de silêncio, sem a qual, parece-nos, torna-se difícil falar do deslocamento, da movência dos sentidos, posto que a linguagem e o silêncio andam sempre juntos. De acordo com Orlandi (2005), o silêncio se apresenta como condição necessária do dizer, como uma matéria constitutiva do processo de significação: o silêncio, assim, não é tomado como um espaço vazio, mas é saturado de sentidos sobre os quais, dispersos na natureza do próprio silêncio, a linguagem se propõe a trabalhar numa tentativa de organizá-lo. Ele é, o silêncio, matéria significativa por excelência e, por sua vez, possui mecanismos de significação próprios, independentes da linguagem. Ao mesmo tempo em que, para dizer, é preciso já ter dito, uma vez que o dizer remonta ao já-dito para fazer sentido, para dizer também é preciso não dizer, uma vez que o silêncio se manifesta como o espaço de recuo fundante da linguagem.

Na esteira teórica da AD, o silêncio emerge como a possibilidade para o significar, ao que Orlandi (2005) designa silêncio fundante, o silêncio do recuo, do respiro de que a linguagem fundamentalmente se constitui e de que precisa para dar espaço ao sentido. Pensando esse movimento, o silêncio fundante pode se apresentar sob duas formas: o lapso e a política do silêncio. O lapso é uma forma não-organizada, intrínseca ao processo de elaboração dos sentidos, inerente a este jogo em cuja natureza se veem refletidas a intercambialidade e o imbricamento de que consiste a relação entre o dizer e o silenciar. Este precisa daquele tanto quanto o inverso, uma vez que tudo que se diz, à medida que é dito, necessariamente silencia tudo que não se diz e, ainda, porque quanto mais se diz, mais se produz silêncio e, em contrapartida, mais faz-se necessário dizer. A política do silêncio, por sua vez, se manifesta por via de mecanismos organizados de interdição do dizer, através dos quais se instaura um gesto de censura, não de mero recorte. A censura é entendida aqui como um efeito autoritário, impositivo, que produz um gesto de silenciamento. A censura não correspondente àquele silêncio de que a linguagem precisa para fazer sentido, não diz respeito ao silêncio que naturalmente recorta o dizer, mas

sim ao silêncio que produz uma interdição, um cerceamento dos sentidos através da história, o que se dá por meio de um processo que é regulado não somente pela via do poder legal, como no caso de uma ditadura, por exemplo, mas também pela via de movimentos de surrupiamen- to de sentidos e de dizeres entre FD distintas.

Nos ancoramos, ainda, no que diz Mariani (1998), ao debruçar-se sobre a questão das mí- dias institucionalizadas: segundo a autora, os discursos sobre “representam lugares de autori- dade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o falar sobre transita na co-relação (sic) entre o narrar/descrever um acontecimento singular [...]”. O *Twitter*, dessa forma, é considerado de maneira análoga àquela com que Kramer (2020) toma a internet ao pensar o seu funcionamento a partir dos mecanismos ideológicos de dominação. Sob a égide da noção de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), definida por Althusser (1980, p.43) como “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de ins- tituições distintas e especializadas”, partimos do pressuposto de que o papel do *Twitter* no jogo da inscrição e do apagamento histórico dos sentidos, no jogo da memória e do esquecimento, é da ordem do controle e da dominação. Isso porque os discursos que, dentro de condições de produção específicas, emergem nas e das mídias sociais lhes conferem o estatuto de AIE da informação (Kramer, 2020), fazendo do *Twitter* um espaço discursivo onde são engendradas teias discursivas que, não só elas, como também os mecanismos através dos quais elas são ar- quitetadas, servem à formação ideológica da (extrema)direita fundamentalmente religiosa, o que buscamos apontar no próximo tópico.

UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA: O MOVIMENTO ANTIVACINA EM (DIS)CURSO NO ESPAÇO DIGITAL

Retomamos Galli (2008) para pensar a maneira como as “novas” tecnologias de informação e comunicação têm produzido deslocamentos no que diz respeito aos movimentos de inscrição e identificação dos sujeitos-usuários pela via do repetível e do deferível, o que implicaria “um imbricamento entre o ‘velho’ e o ‘novo’, o ‘mesmo’ e o ‘diferente’, numa relação intra e interdiscursiva que provoca efeitos de verdade” (Galli, 2008, p. 13), pondo em relevo, dessa forma, fios discursivos que, no jogo da memória e do esquecimento, do dizer e do silenciamento, se entrelaçam e se misturam sob o efeito da sua porosidade constitutiva. Partindo do princípio de que o *Twitter* se estabelece na contemporaneidade como um dispositivo midiático em cujo terreno se desenrolam processos de agenciamento e inscrição dos sujeitos a partir dos quais, sobretudo por intermédio da adesão às *hashtags*, os sujeitos-usuários são levados a ocupar determinadas posições do discurso, mobilizamos, conforme acenamos, a noção de *discursos sobre* para pensar o *Twitter* enquanto um espaço discursivo de legitimação do saber institucional.

Sem perder de vista o contexto sócio-histórico e as condições de produção a partir das quais são (re)produzidos os dizeres de onde falamos e por meio do qual se agenciam e se contra/identificam os indivíduos em diferentes posições-sujeito, buscamos refletir, no interior do *Twitter*, sobre a discursivização da vacinação obrigatória a partir do movimento antivacina. Metodologicamente, optamos por circunscrever a coleta do nosso material de análise a uma única rede social, o *Twitter*, haja vista sobretudo o fato de se tratar, mais recentemente, da rede social mais acessada por usuários que desejam acompanhar todos os lados de uma mesma história ou acontecimento em tempo real⁵. Isso nos leva a considerar o *Twitter* como um *espaço intervalar*, “um espaço que abriga, no interior de suas fronteiras instáveis, múltiplas vozes, diferentes saberes e diferentes posições-sujeito” (Grigoletto, 2005, p. 177) e, por isso mesmo, um

5. O levantamento foi realizado em 2018 pela equipe de marketing da plataforma, com o objetivo de entender os motivos pelos quais os usuários do *Twitter* optam por esta e não outra rede social para se manterem informados. No Brasil, os dados foram coletados entre 1.502 usuários de internet, os quais indicaram que preferem o *Twitter* porque através dela é possível “acompanhar acontecimentos em tempo real” e “ver todos os lados de uma mesma história” (Twitter, 2018).

espaço discursivo esburacado e instável, onde se constituem redes discursivas essencialmente complexas em sua heterogeneidade e possibilidades de afetamento pela ideologia.

Nessa empreitada, utilizamos como método de leitura de arquivo a *hashtag*, recurso por meio do qual o sujeito-usuário é levado a discursivizar no espaço digital, inscrevendo-se nesta ou naquela formação discursiva. Segundo Grigoletto e Galli (2019, p. 1), “ela [a *hashtag*] funciona tanto do ponto de vista da técnica, como de uma ‘espécie’ de marca linguística, própria das discursividades online, que nos guia a investigar determinadas regularidades nos discursos”. Nesse sentido, a demarcação de um escopo de coleta através das *hashtags* surge como um passo metodológico importante, uma vez que delimita o nosso campo discursivo de referência em face do universal de discurso disponível no digital. Nas palavras de Courtine (2014, p. 54), em retorno a Dubois (1969a), a delimitação de um campo discursivo de referência remete ao procedimento de seleção, no interior de um “conjunto potencial dos discursos que poderiam ser objeto de um tratamento”, de um “tipo de discurso” específico, produzido em determinada conjuntura histórica, sob condições de produção determinadas.

Selecionamos, no percurso de leitura do conjunto do material, a *hashtag* #Dia22VaiSerGigante. Essa seleção se justifica tanto em função do grau de popularidade que a *hashtag* alcançou à época, quanto por conta da literalidade de sua formulação, que aponta sobretudo para um desejo comum de enlaçamento social dos sujeitos-usuários, para uma tomada comum de posição em face do movimento antivacina. Na época, a *hashtag* surgiu com o intuito de mobilizar diversas manifestações ao redor do país contra a vacinação obrigatória. A agenda de manifestações fez circular, através da *hashtag*, o local e o horário das passeatas em mais de dez estados, dentre eles São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Bahia.

A partir dessa *hashtag*, recortamos três sequências discursivas (SD), as quais são descritas e analisadas sem perder de vista os nossos objetivos específicos, buscando compreender – (i) o modo como os *discursos sobre* (Mariani, 2018) intervêm nos processos de identificação dos sujeitos-usuários do Twitter; (ii) o modo como os sentidos que circulam no interior do movimento antivacina (re)produzem efeitos de censura (Orlandi, 2007); (iii) o funcionamento do cinismo (Safattle, 2008) na solicitação do Outro ao movimento de identificação.

A SD1 abaixo, vinculada à *hashtag* #Dia22VaiSerGigante⁶, foi formulada pelo presidente Jair Bolsonaro, em evento em Porto Seguro, na Bahia, momento em que questionara a obrigatoriedade da imunização:

SD1 – “A vacina, uma vez certificada pela Anvisa, vai ser estendida a todos que queiram tomá-la. Eu não vou tomar. [...] *Tá* bem claro lá, no contrato [da Pfizer]: ‘Nós não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral. Se você virar um chimp... virar um jacaré, é problema de vocês. Não vou falar outro bicho, porque vão pensar que vou falar besteira aqui, né? Se você virar um Super-Homem, se nascer barba em alguma mulher aí, ou algum homem começar a falar fino, eles não têm nada a ver com isso.’”⁷

À época em que este discurso circulou no espaço digital, a taxa de eficácia da vacina da farmacêutica Pfizer, parceira da BioNtech, era de 90% – taxa que, hoje, chega a 95%. Além disso, os testes realizados no período anterior à aprovação da vacina não identificaram efeitos colaterais significativos, uma constatação importante para a aprovação em larga escala da Pfizer no Brasil e ao redor de todo o mundo. A despeito desses indicativos, a SD1 faz vir à tona o sentido de “efeito colateral” para produzir suspeitas em relação à eficácia da vacina. Na formulação, isso ocorre a partir de um deslocamento do significante “efeito colateral” do campo semântico onde ele circulava, isto é, o meio científico, de modo a ressentificá-lo. Assim, ele passa a circular no que compreendemos como um entrelugar situado entre o meio científico e o imaginário popular, um terreno fértil para um engajamento subjetivo de ordem cínica que dissimula, no discurso, efeitos fóbicos de sentido, solicitando *do Outro* um movimento de

6. Neste caso, o discursivizado no Twitter nos leva a uma outra rede social, o YouTube, uma vez que a publicação indexada pelo usuário à *hashtag* #Dia22VaiSerGigante acompanha o vídeo em questão nessa outra plataforma, mas tivemos acesso e recortamos a SD por meio do Twitter.

7. Disponível em: <https://x.com/karin-delrio2904/status/1340014808180158464>. Acesso em: 20 jun. 2024.

identificação, uma injunção à “abertura ao reconhecimento intersubjetivo” (Safatlle, 2008, p. 32) disposto no jogo do cinismo.

Ancorados em Safatlle (2008), assumimos que não é preciso que a ideologia seja levada a sério para que a formulação discursiva cínica funcione, já que o seu modo de funcionamento “funda e fornece as coordenadas do espaço comum destes que partilham olhares que dizem tudo que as palavras não afirmam” (Safatlle, 2008, p. 32). Nessa perspectiva, pensamos que o modo de funcionamento desse discurso ocorre, portanto, na e pela imbricação inescapável entre o absurdo e a evidência, entre a memória e o esquecimento, remontando, inclusive, ao acontecimento da Revolta da Vacina, em 1904, quando, no Rio de Janeiro, monarquistas, militares e operários coligaram-se contra a lei da vacinação. Os revoltosos, que ficaram conhecidos como Liga Contra a Vacinação Obrigatória, eram estranhos à ideia de serem inoculados com uma vacina proveniente da pústula de vacas doentes por medo de que, uma vez vacinados, pudessem adquirir feições bovinas (AFN, 2005).

Na SD1, no entanto, a relação constante com o a-científico não ocorre pela interpelação do sentido do amedrontamento, como na Revolta da Vacina, em 1904, mas sim pelo atravessamento de conteúdos previamente ironizados no imaginário popular. Desse modo, a SD1 dissimula, pela via do cinismo, a interpelação pela ideologia que permite a identificação com a ordem fundamentalmente racista, homofóbica e transfóbica, uma vez que (re)toma efeitos fóbicos de sentido, estereótipos que significam de modo a ridicularizar e, em última instância, censurar determinados sentidos e sujeitos por intermédio do alinhamento de suas características num eixo de significações patológicas. A censura, conforme aponta Moreira (2018, p. 847), pode ser compreendida como “um mecanismo político e ideológico que intervém na ordem do discurso, visando o controle de sentidos, seja pelo silenciamento, seja pelo evidenciamento”.

Nessa SD, entendemos que o gesto censório se estabelece pelo evidenciamento: a formação ideológica cínica opera relembrando um “acordo” prévio de significações ironizadas que, na discursivização, apresentam-se sob as evidências do ridículo, do infame, do patológico, garantindo que (pré)determinados sentidos sejam (re)produzidos para determinados significantes; assegurando que outros sentidos e, portanto, outras identidades possíveis para os sujeitos sejam interditadas, impedidas de circular, censuradas. Dito isso, pensamos que, através dessa formulação, à medida que a posição-sujeito chefe de Estado realiza e, sendo esse o lugar de onde enuncia, leva a realizar, entre os seus eleitores, um movimento de desidentificação contra a não-obrigatoriedade da vacinação. Essa posição constrói, ainda, a partir dessa SD, um espaço de legitimação do racismo, da homofobia e da transfobia, posto que remonta, para dizer o que diz, a dizeres que, num movimento censório, dispõem os sentidos da homossexualidade, da transsexualidade e da negritude numa rede de sentidos patológicos.

A partir do fragmento do contrato em que a farmacêutica declara não se responsabilizar pelos efeitos colaterais da vacina, é possível refletir ainda que o significante “efeito colateral” passa a significar pelo atravessamento de outros sentidos. Isso acontece mediante a interpelação dos ecos do individualismo neoliberal⁸, base de onde irrompe, pela via do ideológico, um efeito-sujeito autônomo, um corpo-empresa responsável por administrar os efeitos colaterais do seu negócio fechado, as (in)consequências da sua liberdade frente às escolhas que fez para a sua carteira de vacinação – um efeito-sujeito, portanto, a quem cabe o dever de gerir a si mesmo como um indivíduo S.A. (Ehrenberg, 2010).

A posição-sujeito que (re)produz o excerto supracitado do contrato da Pfizer, no interior das condições em que o faz, constrói, ainda, outros dois efeitos-sujeito, os quais se manifestam no interior de duas relações de tensão ideológica distintas: entre a posição-sujeito chefe de Estado e quaisquer outras posições que com esse discurso se identificam, é gerado um efeito-su-

8. Da perspectiva da AD francesa pecheuxiana, o neoliberalismo é tomado como um lugar discursivo em que orbitam sentidos determinados com relação a um conjunto determinado de práticas econômicas e políticas, relacionadas à redução do papel do Estado na economia, à privatização de empresas públicas, à precarização do trabalho, à redução do bem-estar social, à concentração de renda, à erosão dos direitos individuais, à desregulamentação dos setores econômicos, à redução dos gastos públicos e à individualização do mérito. Nesse espaço, o significante é absorvido pela teoria não pelo viés empírico que remete às suas práticas, mas sim pelos efeitos que elas (re)produzem no tecido do histórico, do ideológico e do inconsciente, ganhando no discursivo sua sustentação.

jeito autônomo, porém amparado, posto que devidamente aconselhado, orientado por este que se lhes apresenta como líder da nação; por outro lado, entre a posição-sujeito chefe de estado e quaisquer outras posições que não se identificam com esse discurso, emerge um efeito-sujeito autônomo, porém desamparado, posto que não pode contar com a assistência do Estado frente aos efeitos colaterais decorrentes da vacinação, já que teria escolhido, à luz da sua autonomia, assumir esses riscos. Nesse ponto, destacamos que ainda que seja dada, para ambas as partes, a improbabilidade de que esses efeitos colaterais de fato se manifestem, haja vista ter sido o sentido de “efeitos colaterais”, na SD1, deslocado para um espaço de significação da ordem do a-científico, isso não parece impedir a elaboração dos efeitos de autonomia e (des)amparo.

Na SD2, por sua vez, também vinculada à *hashtag* #Dia22VaiSerGigante, outro funcionamento pode ser observado:

SD2 – “Meu corpo, minhas regras. Penetração forçada sem consentimento é estupro.”⁹

Sob a condição de produção de uma crescente tensão social e política, intrínseca a um momento em que se veem postos em relevo lugares de extremos, de onde emergem as lutas travadas na arena do ideológico, entendemos que esse dizer, à medida que passa a circular e significar sob a indexação da *hashtag* #Dia22VaiSerGigante, adere a um lugar a-científico de dizer acerca da vacinação para censurar os sentidos mobilizados no e pelo discurso feminista, impedindo-os de circular e, por extensão, censurando os sujeitos situados neste lugar discursivo, impedindo também as suas identidades de circular. Isso se dá pela via do ideológico que, na SD2, intervém de modo a fazer com que os sentidos signifiquem deste modo e não de outro. Isso significa dizer que o que se (re)produz, portanto, a partir do surrupiamento dos dizeres e dos sentidos vinculados ao discurso feminista, é um efeito que adjetivamos como autoritário e impositivo; efeito este que, ao contrário da SD1 analisada anteriormente, não se estabelece pelo evidenciamento, mas sim pelo silenciamento, por um gesto organizado de obstrução no trajeto dos sentidos e dos sujeitos.

9. Disponível em: <https://x.com/As-sumpcaD/status/1340378243950645248>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Sob a égide do que diz Orlandi (2007), o silêncio instaurado nessa SD não corresponde àquele de que a linguagem precisa para fazer sentido, o silêncio fundante. Do mesmo modo, também não corresponde ao silêncio que, no gesto de enunciar, naturalmente recorta o dizer, o lapso. Corresponde, isto sim, àquele que Orlandi (2007) designa “política do silêncio”, ao que compreendemos como censura. É, desse modo, um silêncio a partir do qual se vê lesionado o movimento dos sentidos através da história. Isso se dá, na SD2, por meio de um processo que é regulado pela via de movimentos de surrupiamento de sentidos e de dizeres de uma formação discursiva outra.

De nosso ponto de vista, esse processo de surrupiar, de roubar um dizer vinculado ao movimento feminista para que ele passe a circular no interior do movimento antivacina produz um efeito de censura por meio do qual o discurso antivacina não somente se opõe à necessidade e obrigatoriedade da vacina(ção), mas também, à medida que o faz, lesiona os sentidos que remetem às ideias de liberdade e consentimento, os distorcendo e deslegitimando. Dessa forma, uma vez que são mobilizados os sentidos e os saberes da formação discursiva antivacina em torno dos dizeres “Meu corpo minhas regras” e “Penetração forçada sem consentimento é estupro”, os sentidos e os saberes que aprioristicamente estão mobilizados nesses dizeres são lesionados, censurados, intervindo diretamente na elaboração histórica dos sentidos de liberdade e consentimento (re)produzidos no e pelo discurso feminista. Ao mesmo tempo, sinaliza o modo por meio do qual o discurso antivacina, vinculando-se às noções de autonomia e individualismo radicais, tão próprias do discurso neoliberal, opera sob duros gestos de censura e de opressão.

Vejamos a terceira SD3, indexada também à *hashtag* #Dia22VaiSerGigante:

SD3 – “Graças às mentiras e manipulações do Partido Comunista Chinês, e à irresponsabilidade de cientistas americanos e chineses, esse vírus, provavelmente criado em laboratório, estará conosco para sempre. É apenas mais uma doença, entre aquelas que podem nos matar.”¹⁰

10. No ano de 2022, constatou-se a indexação desta sequência discursiva à hashtag #Dia22VaiSerGigante. Atualmente, a publicação não está mais disponível para acesso porque foi excluída pelo usuário: <https://twitter.com/leandroruschel/status/1504802276065615887>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Nessa SD, os significantes “mentira” e “manipulação”, vinculados ao chamado Partido Comunista Chinês (doravante, PCC), reproduzem a ordem parafrástica de um outro dizer. A hipótese de que o Sars-Cov-2 teria sido fabricado em laboratórios de pesquisa como o Instituto de Virologia de Wuhan, na China, a partir de inoculações de animais ou amostras clínicas, foi pela primeira vez enunciada em abril de 2020, quando o ex-presidente Donald Trump afirmou, em coletiva de imprensa na Casa Branca, ter provas de que a China seria o berço do coronavírus. Embora não tenha chegado a apresentar evidências científicas para as acusações, Trump chegou a dizer que a China deveria se envergonhar por ter encoberto este “projeto”, defendendo que o governo chinês assumisse a responsabilidade por aquilo que, à época, eram quase 233 mil mortes por coronavírus.

Entendemos que o sentido de “projeto”, outrora enunciado pela posição-sujeito chefe de Estado, (re)emerge, nessa SD3, sob a forma dos significantes “mentira” e “manipulação”, apontando para um movimento de cristalização pela repetição. Orientado por esse processo, é possível dizer que o discurso antivacina opera também pela repetição, isto é, por aquilo que Orlandi (2005, p. 15) designa como “o retorno constante ao mesmo espaço do dizível”, produzindo, na e pela filiação dos sentidos que circulam a partir desta SD3, um efeito-sujeito amedrontado e conspiracionista através do qual os sentidos, ainda que em sua movência, enferrujam, estacionam.

Desse modo, a despeito da ausência de investigações científicas que pudessem apontar de maneira inequívoca para conclusões sobre a origem do novo coronavírus e, para além disto, a despeito de dados oficiais apresentados em relatório pela OMS, segundo os quais é “extremamente improvável” que o coronavírus tenha sido produzido em laboratórios de pesquisa e acidentalmente se disseminado, os sentidos da conspiração contra o chamado PCC emergem na SD3 como efeito de amedrontamento e de injunção à conspiração frente à ameaça comunista.

UM EFEITO DE CONCLUSÃO...

Na esteira teórico-metodológica da Análise do Discurso de fundação pecheuxtiana, buscamos compreender como os discursos intervêm nos processos de identificação dos sujeitos-usuários do *Twitter*, a partir da (re)produção de determinados sentidos e do silenciamento de outros no interior do espaço digital. Silenciamento este que se dá sob a forma de autoritários, gestos de interdição a partir dos quais o percurso histórico de significação é lesado. O silêncio, nessa medida, surge como efeito das relações de força pelas quais, mediante processos sucessivos de surrupiamento e de interdição dos dizeres e dos sentidos, (sobre)determinam aquilo que, da história, pode e deve ser dito. Relações de força pelas quais, no entremeio, tanto se limitam como se (entre)cruzam e se (con)fundem em regiões distintas do dizer, de modo que determinadas vozes e sentidos são impedidos de circular, são censurados, atravancando a elaboração dos sentidos e dos sujeitos no decurso da história.

Mediante os gestos de interpretação, entendemos que o papel desempenhado pelas “novas” tecnologias de informação e comunicação no jogo da inscrição (e do silenciamento) histórico dos sentidos, no jogo da memória e do esquecimento, é da ordem do controle e da dominação. Isso porque o *Twitter*, compreendido como um espaço discursivo de legitimação do saber institucional, como um Aparelho Ideológico de Estado (Althusser, 1980) da informação (Kramer, 2020), ocupa, para os sujeitos-usuários, um papel central no processo de agenciamento por meio do qual estes mesmos sujeitos, sob o efeito ideológico da ilusão de controle e autonomia são levados a: (i) se inscrever numa determinada FD; (ii) (re)produzir determinados sentidos, e não outros, processo que se dá, como discutimos, pela via dos efeitos de verdade intrínsecos ao funcionamento dos *discursos sobre* (Mariani, 1998) e por meio de uma formulação discursiva de ordem cínica (Safatalle, 2008) que convida o Outro a se identificar com aquilo que se diz.

Reconhecidas as regularidades no funcionamento das sequências discursivas analisadas e pensando, sobretudo, a correlação dos sentidos que se veem mobilizados por meio dos dizeres que circulam no interior do movimento antivacina, as análises apontam para uma possibilidade de circunscrição das discursivizações que denominamos FD antivacina, no interior da qual é (sobre)determinado o que pode e deve ser dito. Fazendo intervir, no espaço digital, funcionamentos e sentidos que se alinham a interesses ideológicos de ordem neoliberal, entendemos que os dizeres relacionados ao movimento antivacina tensionam constantemente os limites porosos, contraditórios e heterogêneos da FD antivacina, à medida que a enlaçam a outras FDs, dentre elas: a FD científica, cujos sentidos são negados pela FD antivacina; a FD feminista, cujos sentidos são surrupiados e censurados pela FD antivacina; e a FD política, cujos sentidos são repetidos e saturados pela FD antivacina. No jogo da inscrição e do apagamento histórico, no jogo da memória e do esquecimento, os sentidos dos *discursos sobre* o movimento antivacina são difusos, na dispersão e no controle do espaço digital.

REFERÊNCIAS

Althusser, L. (1980). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. 3 ed. Editorial Presença/Martins Fontes.

Courtine, J.-J. (1984) Définition d'Orientations Théoriques et Méthodologiques en Analyse de Discours. In: *Philosophiques*, v. 4, n.2, Paris.

_____(2014). *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar – Editora da Universidade Federal de São Carlos.

Dias, C. (2018). *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas, SP: Pontes Editores.

Ehrenberg, A. (2010). *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Tradução de Pedro F. Bendassolli, São Paulo: Ideias & Letras.

Foucault, M. (1972). *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 1 ed. Petrópolis: Vozes.

_____(2004). Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: Fernandes, C; Santos, J.B.C. (Org.). *Análise do discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, p. 19-42.

Galli, F. C. S. (2008). (Ciber)espaço e leitura: o mesmo e o diferente no discurso sobre as “novas” práticas contemporâneas (Tese de Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Grigoletto, E; Galli, F. C. S. (2019). Discursividades online: o processo de (des)identificação pelas hashtags. In: IX SEAD. *Anais*. Recife: UFPE. Disponível em: https://www.discoursead.com.br/_files/ugd/27fcd2_7504c36a0bd644fc80e6cb867289236d.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2024.

Grigoletto, E. (2005). *O discurso de divulgação científica: um espaço constitutivo intervalar* (Tese de doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

_____(2011) O discurso nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: Grigoletto, E.; DE Nardi, F. S.; Schons, C. R. (Orgs.) *Discursos em rede: práticas de (re) produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço*. Recife: Editora da UFPE.

Indursky, F. (2005) Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso: mapeando conceitos, confrontando limites, 2. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIM-POSIOS/FredaIndursky.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

ARTIGO RECEBIDO A

20/03/2024

ARTIGO APROVADO A

05/06/2024

Grigoletto, E. (2021). Sou mulher de verdade, empoderada, feminina: a identificação de gênero entre os engodos ideológico e tecnológico. *Leitura*, n. 69, p. 187-205. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/11264/8613>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

Mariani, B. (1998). *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*. Campinas, SP: UNICAMP.

Mariani, B. (2018). *Discursividades prêt-à-porter: funcionamento de fake news e processos de identificação*. Entremeios. Revista de estudos do discurso Entremeios, v. 17, p. 3-18.

Moreira, C. B. (2018). Bloqueado, suspenso, fora do ar: a atualidade da censura no espaço digital. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 60, n. 3, p. 847-868. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8651532>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

OMS. (2020). *A OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia*. Brasília, DF. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812. Acesso em: 20 de junho de 2024.

Orlandi, E. P. (2005). Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. *Estudos da Língua(gem)*. Estudos da Língua(gem). Vitória da Conquista n. 1, p. 9-13.

Orlandi, E. P. (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp.

Pêcheux, M. (1983). *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes.

Pêcheux, M. (1997). Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp.

Pêcheux, M. (2007). Papel da memória. In: ACHARD, P. (Org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes.

Pêcheux, M. (2014). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas: UNICAMP.

Radde, A. (2020). 31. LÍNGUA. In: Leandro-Ferreira, M. C. (org.). In: *Glossário de termos do discurso - edição ampliada*. 1 ed., Campinas, SP: Pontes Editores, p. 181-184.

ARRUDA, PEDRO HENRIQUE CARVALHO DE & GALLI, FERNANDA CORREA SILVEIRA; *Movimento antivacina em (dis)curso no espaço digital: regionalizações porosas do/no dizer / Anti-vaccination movement in (dis)course in digital space: porous regionalizations of/in saying*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 14 ANO 2024, PP. 40-63

Safatle, V. (2018). *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo.

Twitter. (2018). *A influente audiência do Twitter*. Disponível em: <https://marketing.x.com/pt/insights/a-influente-audiencia-do-twitter#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20experi%C3%Aancia%20do,que%20o%20torna%20altamente%20valioso>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

Kramer, R. K. (2020). *Da inspiração à interpelação: o discurso fitness no Instagram* (Tese de Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

